

RELATÓRIO DE ANÁLISE

Consulta Pública sobre a Alteração das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Formação de Professores

Comissão Bicameral de Formação de Professores | Conselho Nacional de Educação (CNE)

Plataforma: Brasil Participativo (gov.br)

Dados de fechamento (coletados em 18 de junho de 2026)

13.305 contribuições

26 itens analisados · 754 participantes identificados

Nota metodológica

Este relatório parte da extração integral das contribuições registradas em cada um dos 26 itens da consulta pública, totalizando 13.305 contribuições capturadas diretamente da plataforma Brasil Participativo. Cada contribuição foi classificada em exatamente uma de quatro categorias:

- (1) **Contra a mudança:** defende o EAD/semipresencial e critica as restrições propostas, mobilizando argumentos de exclusão, acesso, populações do interior, zonas rurais, indígenas, quilombolas, de baixa renda e trabalhadores que conciliam trabalho e estudo;
- (2) **A favor da mudança:** apoia a valorização do presencial e as restrições ao EAD, invocando qualidade da formação e combate à precarização, massificação e mercantilização das licenciaturas a distância;
- (3) **Neutro/Sugestão:** críticas técnicas pontuais ou sugestões a artigos específicos (estágio, carga horária, polos, avaliação) sem posição clara de apoio ou rejeição; e
- (4) **Fora do tema (off-topic):** campanhas de protesto copiadas e replicadas em vários ou todos os itens, tratando de norma distinta da que está em consulta, em especial a Resolução CNE/CES nº 7/2018 (atividades de extensão obrigatórias) e reivindicações de estudantes com deficiência/autistas (PCD).

A classificação combina a detecção de textos repetidos e idênticos com a análise por marcadores linguísticos de posicionamento. Trata-se, portanto, de uma **estimativa orientativa**, baseada em análise textual e identificação de padrões que



permitem extrair o sentimento de cada manifestação. Os percentuais foram arredondados ao inteiro.

1. Sumário executivo

O sentimento predominante na consulta é amplamente contrário à mudança proposta. Entre as contribuições que assumem posição clara de apoio ou rejeição (excluindo neutras e fora do tema), a oposição alcança **97%**: 7.667 contrárias contra apenas 243 favoráveis. O eixo central da rejeição é a **vedação do EAD e a restrição ao semipresencial (novo Art. 9º)**, percebida como medida excludente, sobretudo para estudantes do interior, de zonas rurais, de baixa renda e para quem concilia trabalho e estudo.

Um grupo minoritário manifesta-se favorável à mudança (243 contribuições, 2% do total), defendendo o ensino presencial como garantia de qualidade e posicionando-se contra a precarização, a massificação e a mercantilização das licenciaturas a distância.

Destaca-se ainda o volume expressivo de contribuições **fora do tema** (1.971, ou 15% do total): campanhas organizadas, copiadas e replicadas em todos os itens, que tratam da obrigatoriedade das atividades de extensão (Resolução CNE/CES nº 7/2018) e de reivindicações de estudantes PCD/autistas, que constituem matérias distintas da que está efetivamente em consulta.

No panorama geral, **58% das contribuições são contrárias** à mudança, **2% favoráveis**, **26% neutras/sugestões** e **15% fora do tema**.

2. Panorama quantitativo geral

- **Total de contribuições:** 13.305
- **Contrárias à mudança:** 7.667 (58%)
- **Favoráveis à mudança:** 243 (2%)
- **Neutras / sugestões:** 3.424 (26%)
- **Fora do tema:** 1.971 (15%)

A categoria "neutra/sugestão" é numerosa porque concentra ajustes técnicos a artigos específicos (estágio, carga horária, polos, avaliações). A leitura qualitativa, contudo, aponta predominância de teor crítico às



restrições mesmo entre essas contribuições, de modo que a baixa participação favorável é o traço mais consistente do conjunto.

3. Itens de maior concordância e de maior discordância

Praticamente não houve item com concordância majoritária: em todos os 26 itens a oposição supera o apoio. A diferença entre os itens está na intensidade da rejeição e no grau de engajamento técnico das contribuições.

Itens com MAIOR discordância (rejeição mais intensa)

- **Item 24: Art.2º transição dos 20% síncronas:** ~87% de oposição. Forte rejeição à transição obrigatória dos 20% de atividades síncronas mediadas, vista como restrição artificial à flexibilidade.
- **Item 8: Art.12-C avaliações presenciais:** ~84% de oposição. Contestação intensa às avaliações presenciais frequentes e de peso majoritário, tidas como ônus logístico sem ganho de qualidade.
- **Item 13: Art.15 carga horária form. pedagógica:** ~84% de oposição. Crítica à ampliação da presencialidade na carga horária da formação pedagógica, com argumento de acesso.
- **Item 14: Art.16 carga horária 2ª licenciatura:** ~83% de oposição. Rejeição à elevação da presencialidade na segunda licenciatura, afetando quem já atua e se requalifica.
- **Item 17: Art.16-C diretrizes do estágio:** ~79% de oposição. Oposição às diretrizes de estágio percebidas como rígidas e de difícil operacionalização em redes menores.
- **Item 5: Art.9º – veda EAD:** ~75% de oposição. Epicentro do debate: a vedação ampla do EAD é classificada como excludente, elitista e um retrocesso de acesso.
- **Item 20: Art.16-F responsabilidades da IES:** ~75% de oposição. Crítica às responsabilidades atribuídas à IES e ao limite de estudantes por orientador.
- **Item 2: Altera DCN Formação Inicial:** ~74% de oposição. Rejeição já no dispositivo que altera as DCN, antecipando a oposição ao conjunto da reforma.

Itens de menor rejeição direta* (mais sugestões técnicas / menor polarização)

- **Item 6: Art.12-A formatos de atividade:** ~46% de oposição direta. Alto volume de sugestões técnicas sobre formatos (presencial/síncrona/assíncrona). Polarização diluída em propostas de redação. (296 contribuições neutras/sugestões)
- **Item 11: Art.13 extensão e estágio:** ~46% de oposição direta. Forte presença de campanhas fora do tema sobre extensão obrigatória, reduzindo a proporção de oposição direta no denominador. (289 contribuições neutras/sugestões)



- **Item 18: Art.16-D convênio de estágio:** ~46% de oposição direta. Predomínio de observações técnicas sobre convênios e burocracia do estágio, com muitas sugestões propositivas. (139 contribuições neutras/sugestões)
- **Item 16: Art.16-B objetivos do estágio:** ~54% de oposição direta. Muitas contribuições propositivas sobre os objetivos do estágio, com menor confronto direto. (182 contribuições neutras/sugestões)
- **Item 15 : Art.16-A estágio supervisionado:** ~55% de oposição direta. Sugestões sobre a organização do estágio supervisionado prevalecem sobre a rejeição frontal. (179 contribuições neutras/sugestões)
- **Item 19: Art.16-E termo de compromisso:** ~57% de oposição direta. Observações técnicas sobre o termo de compromisso e a jornada do estagiário. (162 contribuições neutras/sugestões)

(*) "Menor rejeição direta" indica predominância de contribuições propositivas e técnicas. Nenhum item registrou apoio majoritário à mudança.

4. Discussões mais acaloradas

Quatro frentes concentram o maior volume, maior repetição de campanhas e tom mais emocional ou agressivo nas manifestações. Em conjunto, elas explicam a maior parte do engajamento e da polarização observados.

a) A vedação do EAD (Art. 9º)

Maior volume da consulta (874 contribuições no item, 601 contrárias) e tom mais inflamado. Predominam termos como "exclusão", "retrocesso" e "elitização", acompanhados de relatos pessoais sobre acesso e deslocamento. Uma minoria defende firmemente que a formação de professores não pode ser feita a distância.

b) Campanhas de protesto "fora do tema" replicadas em massa

Campanhas copiadas e coladas em todos os 26 itens, parte delas em linguagem agressiva contra o MEC e o CNE, somando 1.971 contribuições. As principais são:

- **Petição "Fim das Atividades de Extensão Obrigatórias" (com link de petição pública/change.org):** ~542 ocorrências
- **Reivindicação de estudantes autistas/PCD pela isenção da extensão obrigatória (referência à Resolução CNE/CES nº 7/2018):** ~518 ocorrências
- **Protesto vulgar pedindo a revogação dos 10% de atividades de extensão ("enfie os 10%...", "canalhas capacitistas"):** ~462 ocorrências



- **Mensagens vulgares de protesto genérico contra MEC/CNE ("cegos igual à justiça..."):** ~293 ocorrências
- **Outras chamadas de revogação da Resolução CNE/CES nº 7/2018:** ~156 ocorrências

Embora tratem de norma distinta (Resolução CNE/CES nº 7/2018, sobre extensão obrigatória), essas campanhas dominaram numericamente vários itens e revelam a insatisfação de estudantes PCD/autistas com a obrigatoriedade da extensão — tema que extravasa o objeto da consulta.

c) Mediador pedagógico × tutor (Art. 12-B)

Debate técnico relevante (696 contribuições). De um lado, defende-se a mediação no AVA como parte central da formação; de outro, alerta-se para o risco de barateamento e de redução do quadro docente com a substituição do tutor pelo mediador.

d) Avaliações presenciais obrigatórias (Art. 12-C)

Forte contestação (575 contribuições, 84% de oposição entre quem se posiciona às provas presenciais frequentes e de peso majoritário: argumenta-se que a presencialidade "não garante, por si só" a qualidade, que o modelo é "centrado em provas" e que há ônus logístico para os polos.

5. Principais pontos de discussão e sentimento predominante

A tabela a seguir sintetiza os eixos temáticos centrais da consulta, o sentimento predominante em cada um e a síntese dos argumentos mobilizados.

Ponto de discussão	Sentimento predominante	Síntese dos argumentos
Vedação do EAD / restrição ao semipresencial (Art. 9º)	CONTRA a mudança	Vista como medida excludente e elitista; argumentos de acesso (interior, zonas rurais, baixa renda, trabalhadores). Minoria defende a presencial como única via de qualidade.
Papel do Polo EAD e do AVA (Art. 12-D)	CONTRA / dividido	Defesa do AVA como espaço central da formação e do polo como apoio presencial; críticas à exigência operacional e ao papel atribuído aos polos.
Mediador pedagógico em substituição ao tutor (Art. 12-B)	CONTRA / técnico	Mediação no AVA como parte central da formação x risco de barateamento e redução do quadro docente; debate sobre titulação exigida.



Ponto de discussão	Sentimento predominante	Síntese dos argumentos
Avaliações presenciais obrigatórias e frequentes (Art. 12-C)	CONTRA / técnico	"Não garante, por si só" a qualidade; modelo "centrado em provas"; ônus logístico aos polos; pedido por metodologias diversificadas.
Formatos de atividade: presencial/síncrona/assíncrona (Art. 12-A)	NEUTRO / propositivo	Muitas sugestões de redação e de flexibilidade; defesa da autonomia institucional na escolha dos formatos conforme o PPC.
Ampliação obrigatória da presencialidade na carga horária (Arts. 14, 15, 16)	CONTRA a mudança	Aumento da presencialidade visto como barreira de acesso e sobrecarga; "qualidade não se constrói pela simples ampliação da carga presencial".
Limite de estudantes por docente/orientador (estágio e turmas)	CONTRA / técnico	Limite de 20 (orientação) e 10 (supervisão) tido como excessivamente restritivo; pedido de coerência com o Decreto nº 12.456/2025.
Organização do Estágio Supervisionado (Arts. 16-A a 16-G)	NEUTRO / propositivo	Predomínio de sugestões técnicas sobre convênios, termos, supervisão e operacionalização em redes menores.
Atividades de extensão obrigatórias (Art. 13) e isenção p/ PCD	CONTRA / reivindicatório	Forte presença de campanhas (fora do tema) por isenção da extensão para PCD/autistas e revogação da Res. CNE/CES nº 7/2018.
Transição dos 20% de atividades síncronas mediadas (Art. 2º)	CONTRA a mudança	Cronograma de transição visto como imposição que reduz flexibilidade; alta oposição entre quem se posiciona.
Prazo de adequação até 30/06/2027 (Art. 17)	NEUTRO / cético	Prazo considerado curto/insuficiente para planejamento e adequação dos polos; pedidos de dilatação.

6. Tabela detalhada: contribuições e sentimento por item

Legenda: "Contra" = defende EAD/semipresencial e critica as restrições; "A favor" = apoia a valorização do presencial e as restrições; "Neutro/Sug." = sugestões técnicas sem posição clara; "Off-topic" = campanhas de protesto replicadas (Res. CNE/CES nº 7/2018); "% Oposição" = proporção de contrárias entre as que tomaram posição (Contra + A favor + Neutro/Sug.).



Nº	Item (artigo / tema)	Contrib.	Contra	A favor	Neutro/Sug.	Off-topic	% Oposição
1	Preâmbulo da Resolução (ementa)	761	412	7	189	153	68%
2	Altera as DCN da Formação Inicial	645	424	7	145	69	74%
3	Fundamentação / competência do CNE	286	153	2	66	65	69%
4	Art.1º – alterações na Res. 4/2024	214	99	7	40	68	68%
5	Art.9º – Veda EAD; só presencial/semipresencial	874	601	6	199	68	75%
6	Art.12-A – Formatos de atividade	693	290	38	296	69	46%
7	Art.12-B – Mediador pedagógico (substitui tutor)	696	425	13	190	68	68%
8	Art.12-C – Avaliações presenciais obrigatórias	575	426	9	73	67	84%
9	Art.12-D – Polos de apoio presencial	548	340	2	138	68	71%
10	Art.12-E – Inobservância = irregularidade	528	321	2	137	68	70%
11	Art.13 – Extensão e estágio	768	251	5	289	223	46%
12	Art.14 – Carga horária estágio/extensão (licenc.)	744	463	92	120	69	69%
13	Art.15 – Carga horária (formação pedagógica)	504	367	13	56	68	84%
14	Art.16 – Carga horária (segunda licenciatura)	520	373	16	63	68	83%
15	Cap.IV-A / Art.16-A – Estágio supervisionado	476	228	4	179	65	55%
16	Art.16-B – Objetivos do estágio	464	215	2	182	65	54%
17	Art.16-C – Diretrizes do estágio	498	341	4	88	65	79%
18	Art.16-D – Convênio de estágio	325	120	1	139	65	46%
19	Art.16-E – Termo de compromisso de estágio	448	219	2	162	65	57%
20	Art.16-F – Responsabilidades da IES	489	319	1	103	66	75%
21	Art.16-G – Responsabilidades da escola/rede	447	240	4	138	65	63%
22	Art.17 – Prazo de adequação (jun/2027)	484	282	0	136	66	67%



Nº	Item (artigo / tema)	Contrib.	Contra	A favor	Neutro/Sug.	Off-topic	% Oposição
23	Art.19 – Avaliação INEP/ENADE	457	241	2	149	65	61%
24	Art.2º – Transição dos 20% síncronas mediadas	495	373	0	57	65	87%
25	Art.3º – Revogações	173	63	4	42	64	58%
26	Art.4º – Vigência	193	81	0	48	64	63%

(*) Células destacadas em tom alaranjado indicam itens com oposição igual ou superior a 50%.

7. Conclusões e recomendações de leitura

O conjunto das contribuições indica rejeição majoritária à proposta de restringir o EAD e o semipresencial. Entre as contribuições que assumem posição clara, a oposição alcança 97%, e em nenhum dos 26 itens o apoio à mudança se mostrou majoritário.

- O argumento mais mobilizador é o de **inclusão e acesso**: a vedação ampla é percebida como barreira para estudantes do interior, de zonas rurais, de baixa renda e para quem concilia trabalho e estudo.
- A minoria favorável expressa uma **preocupação legítima com a qualidade** e contra a precarização, a massificação e a mercantilização das licenciaturas a distância.

Recomenda-se atenção a três pontos:

- (1) distinguir, na regulamentação, modelos de EAD/semipresencial consolidados e bem avaliados de experiências experimentais, em vez de uma vedação ampla e indiferenciada;
- (2) rever parâmetros operacionais muito contestados: avaliações presenciais frequentes, limite de 20 estudantes por docente e papel/qualificação do mediador pedagógico, buscando coerência com o Decreto nº 12.456/2025;
- (3) separar, no processamento, as campanhas "fora do tema" sobre extensão obrigatória (Res. CNE/CES nº 7/2018), que se referem a norma distinta da que está em consulta.

Por fim, registra-se a presença significativa de campanhas organizadas e de textos repetidos (1.971 contribuições fora do tema).

Relatório gerado a partir da extração automatizada das contribuições públicas disponíveis na plataforma Brasil Participativo. As classificações de sentimento são estimativas orientativas baseadas em análise textual e na análise de sentimento das respostas, considerando os padrões encontrados.

